

AO ILMO. SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE  
LICITAÇÃO – AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

Ref.: *Edital do Leilão nº 01/2016*

**FERNANDO VILLELA DE ANDRADE VIANNA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/SP sob o nº 342.791 e no CPF sob o número 085.855.257-46, vem, de acordo com o **art. 41, § 1º**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e com fulcro no **art. 41, §§1º e 3º**, da **Lei Federal nº 8.666/93** e no **item 1.19** do **Edital**, apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO ITEM 1.15 DO EDITAL**

com fundamento nas razões de fato e de direito a seguir expostas, as quais requer sejam recebidas e, após cumpridas as formalidades cabíveis, seja a presente conhecida e provida.



R

## I – DA TEMPESTIVIDADE

Cumpre observar, de início, que o **item 1.19** do **Edital** estabelece que a impugnação do Edital deverá ser apresentada até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para entrega dos envelopes.

Desta forma, considerando que a entrega dos envelopes está prevista para ocorrer no dia 13/03/2017, não há qualquer dúvida quanto à tempestividade da presente peça.

## II – DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO AO ITEM 1.15 DO EDITAL

A União, por meio da Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), tornou público o **Edital do Leilão nº 01/2016**, na modalidade de leilão com inversão de fases, com critério de julgamento de maior Contribuição Fixa Inicial ofertada, com vistas à seleção das melhores propostas para a celebração de contratos de concessão de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração dos Aeroportos de Porto Alegre - Salgado Filho, de Salvador - Deputado Luís Eduardo Magalhães, de Florianópolis - Hercílio Luz e de Fortaleza - Pinto Martins.

Da análise do mencionado instrumento convocatório, verifica-se o **item 1.15** estabelece o prazo para publicação da ata contendo as respostas da ANAC aos pedidos de esclarecimentos da seguinte forma:

*1.15. A ata será divulgada no sítio eletrônico da ANAC pelo menos **10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes** descritos no item 5.1 da Seção I - Da Apresentação dos Documentos do CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DO LEILÃO e estará à disposição dos interessados na sede da ANAC para consulta, sem identificação da fonte do*

*questionamento. As Proponentes poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o Edital na sede da ANAC.*

No entanto, cumpre trazer ao conhecimento de V.Sa. que há patente contradição entre a cláusula editalícia acima transcrita e o **item 5.40.1**, que estabelece o cronograma, o que por certo causa grande impacto nas propostas que serão apresentadas pelas licitantes, como decorrência da necessidade de tempo hábil para avaliar todas as informações relativas à licitação.

Assim, como visto, nos termos do disposto no **item 1.15** do **Edital**, a ata será divulgada pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes. **Considerando que a data prevista para entrega dos envelopes é 13/03/2017, a ata contendo as respostas poderá ser publicada até o dia 03/03/2017.**

Em sentido diverso, contudo, o cronograma contido no **item 5.40.1** do **Edital** dispõe que a divulgação da ata com os esclarecimentos ao Edital **será realizada no dia 13/02/2017, o que é todo mais razoável, na medida em que permite um período mínimo e suficiente para a adequada avaliação das respostas dessa r. Agência Reguladora e consequente reflexos nas propostas eventualmente ofertadas pelas licitantes.**

Quer-nos parecer que, analisando-se o cronograma do **item 5.40.1**, o Edital visou refletir as regras e diretrizes estabelecidas na **Resolução do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos n.º 1/2016**, uma vez que já incorporou a necessidade de um lapso temporal de 100 (cem) dias entre a divulgação do edital e o oferecimento da proposta, veja-se:

*Art. 17 - O edital do empreendimento poderá prever o prazo para a entrega das propostas, sempre que possível, **desde que este não seja inferior a cem dias corridos, para que os***

**interessados possam avaliar o projeto e as informações a ele relacionadas.**

A razão do estabelecimento de tal prazo reside na necessidade de se conceder tempo suficiente para que os licitantes avaliem o projeto e as informações a ele relacionadas e, a partir desse salutar exercício, estejam aptos a apresentar proposta econômica que melhor atenda ao interesse público.

Apesar de a **Lei Federal n.º 8.666/1993** não trazer disposição específica nesse sentido, esse lapso temporal trazido pela Resolução do PPI se mostra imprescindível nos casos específicos de projetos de infraestrutura, tendo em vista a expressão e especificidades dos projetos, documentos e informações a serem analisadas.

E foi por essa razão, ciente da complexidade da análise dos documentos e informações relativos a projetos de infraestrutura dessa natureza, que o Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos estabeleceu regras específicas para tais projetos, considerando suas peculiaridades.

Pois bem, como se sabe, as respostas aos pedidos de esclarecimentos possuem o potencial de gerar impactos significativos na proposta a ser ofertada, sendo muitas vezes necessário reavaliar a precificação de diversos riscos que serão assumidos, ou, por outro lado, que deixarão de integrar a proposta.

É certo que, a partir da data de divulgação dos esclarecimentos, pode não ser imperativo franquear novamente a integralidade do prazo que deve existir entre a publicação do edital e a apresentação da proposta. No entanto, **deve ser conferido às futuras licitantes um prazo razoável para a análise dessas informações e documentos sob essa nova perspectiva.**

Nesse sentido, mostra-se razoável que a ata com os esclarecimentos ao edital seja efetivamente divulgada no dia 13/02/2017, nos termos previstos no cronograma, de forma a conferir o prazo mínimo e necessário de 1 (um) mês para avaliação e incorporação dos esclarecimentos nos estudos que suportarão as propostas econômicas.

Deste modo, considerando que há uma notória divergência nos termos do próprio **Edital do Leilão nº01/2016**, no que tange à divulgação da ata com os esclarecimentos, bem como expostas as razões pelas quais deverá ser conferida às licitantes um prazo adequado entre a divulgação da ata e o oferecimento da proposta, é forçoso concluir que deverá prevalecer a data prevista no cronograma contido no item 5.40.1 do Edital, na medida em que a função do referido cronograma é exatamente a de conferir segurança jurídica aos licitantes.

Com efeito, a **Lei Federal n.º 9.784/1999** prevê em seu **art. 2º**, a obrigação da Administração Pública de obedecer, entre outros, o princípio da segurança jurídica:

*“Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência”.*

Ademais, ainda que não houvesse essa previsão divergente nos termos do Edital, o prazo previsto no **item 1.15** não poderia prevalecer, uma vez que, na prática, iria de encontro ao direito de impugnar o edital previsto no **art. 41, §1º** da **Lei Federal nº 8.666/1993**.

Isto porque, nos termos do disposto no **item 1.19** do **Edital**, os pedidos de impugnação poderão ser protocolados até 5 (cinco) dias úteis antes da data estabelecida para a entrega dos

envelopes, ou seja, poderão ser protocolados até o mesmo dia 03/03/2017, conforme pode ser extraído do cronograma contido no **item 5.40.1 do Edital**.

Assim, verifica-se que, na hipótese de adoção do prazo limite previsto no item **1.15 do Edital**, a ata de esclarecimentos seria publicada exatamente no mesmo dia em que termina o prazo para protocolar as impugnações, o que não nos parece ter sido a intenção dessa i. entidade regulatória.

Ora, como V. Sa. deve saber por meio das experiências na condução de certames desta envergadura, a necessidade de impugnação ao edital pode surgir exatamente da interpretação dada à determinada cláusula. Em outras palavras, a partir dessa interpretação publicada por meio da ata de esclarecimentos, pode surgir entendimentos contrários ao ordenamento jurídico, que venham a demandar a impugnação ao edital.

Nesta hipótese, caso fosse efetivado o prazo previsto no **item 1.15 do Edital**, e a ata de esclarecimento fosse publicada no mesmo dia do término do prazo para impugnação do edital, haveria uma clara violação ao direito à impugnação garantida na **Lei Federal n.º 8.666/1993**.

Isto posto, fica claro que a divergência existente no Edital, relativa ao prazo para divulgação da ata com os esclarecimentos ao Edital, decorreu de um erro material causado pela tentativa de evitar as circunstâncias acima descritas, bem como de adequar a redação do instrumento convocatório às diretrizes estabelecidas na **Resolução do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos n.º 1/2016**.

R

### III – DO PEDIDO

Em face do exposto, pugna-se pela edição de ato administrativo com o fito de estabelecer que a divulgação da ata com os esclarecimentos ao Edital deverá ocorrer até o dia 13/02/2017, nos termos previstos no **item 5.40.1** do **Edital**.

Nestes termos,  
Espera deferimento.

Brasília, 23 de dezembro de 2016.



FERNANDO VILLELA DE ANDRADE VIANNA  
OAB/SP Nº 342.791